

**APRECIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO**  
**AO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL**  
**AREIAS DO SALTO DA MOÇA**  
**FASE DE PROJETO DE EXECUÇÃO**

**1. INTRODUÇÃO**

O procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ao projeto “Areias do Salto da Moça” de acordo com o definido no Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, de 15 de novembro (Diploma AILA), iniciou-se com a receção na Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Autoridade Ambiental, do Plano de Pedreira acompanhado do respetivo Estudo de Impacte Ambiental (EIA) a 20 de dezembro de 2022 em suporte digital.

Posteriormente, de acordo com o definido Diploma AILA, foi constituída a Comissão de Avaliação (CA) do EIA formada pelos Serviços ou Entidades abaixo indicados e cujos respetivos representantes foram nomeados pelos seus superiores:

- Divisão de ação Climática e Avaliação Ambiental (DACAA), que preside à CA, representada por Filipe Pires que será substituído nas suas faltas e impedimentos por Nuno Pacheco;
- Divisão de Gestão Territorial (DGT), representada por Leonardo Cunha;
- Divisão de Gestão da Água (DGA) representada por Tiago Fraga;
- Serviços de Ambiente e Alterações Climáticas das Flores (SAACFL) representada por Telma Figueiredo;
- Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade (DREC), na qualidade de Entidade Licenciadora e representada por Diamantino Oliveira.

Após apreciação da documentação remetida, a CA elaborou o presente parecer, onde os contributos dos vários membros da CA foram obtidos com recurso a meios informáticos nomeadamente por correio eletrónico e a situação de referência foi verificada no terreno pelo representante do SAACFL.

A CA pronunciar-se-á sobre os capítulos quando achar conveniente. Na ausência de comentários significa que não há nada a opor quanto aos conteúdos apresentados.



Assim com esta metodologia de trabalho por parte da CA viabilizou a emissão do presente parecer relativo à apreciação do EIA com a legislação em vigor e os objetivos pretendidos com a Consulta Pública inerente ao procedimento de AIA.

## **2. DESCRIÇÃO DO PROJETO**

De acordo com a documentação remetida, o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) em questão diz respeito ao projeto “Areias do Salto da Moça” de exploração da massa mineral denominada piroclastos basálticos, de granulometria fina (areias), para substituição da exploração da Saibreira da Boca da Baleia, licenciada em 2012 (licença 193/RN) a qual irá encerrar a curto prazo, na sequência do esgotamento do recurso mineral ali ocorrente.

Com o licenciamento da exploração das Areias do Salto da Moça, o município pretende garantir a disponibilidade da mesma tipologia de recurso mineral – piroclastos basálticos (areias) – para utilização nas obras municipais e outras promovidas localmente. O local escolhido, o qual se enquadra na mesma unidade geológica onde se desenvolve a exploração da Saibreira da Boca da Baleia, foi objeto de trabalhos de pesquisa que permitiram verificar da existência de recurso mineral em qualidade e quantidade adequadas, face ao que o município das Lajes das Flores avançou com o presente pedido de licença de exploração.

Este projeto enquadra-se numa propriedade com uma área de 130.000 m<sup>2</sup>, sendo que a área da pedreira é de 101.395 m<sup>2</sup>, estando previsto que a exploração venha a decorrer durante cerca de 40 anos tendo em conta as reservas e a extração média anual indicados no plano de lavra (cf. página 30 do PP).

O projeto, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º 12/2007/A, de 5 de junho, é constituído pelo Plano de Pedreira que engloba o Plano de Lavra e o Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP).

O Plano de Lavra prevê trabalhos de preparação da área com a remoção de solos e coberto vegetal, onde os solos serão armazenados para posterior uso na recuperação paisagística.



Relativamente à lavra é referido que será “efetuada por desmonte direto, que consiste no ataque direto da frente de desmonte, de modo a desagregar a massa mineral, individualizando-a em fragmentos, para a sua expedição. As operações serão contínuas, uma vez que a mesma máquina realizará simultaneamente o desmonte e extração, que consistem numa única função, a escavação, a qual é seguida da carga. Prevê-se que as operações de desmonte sejam realizadas em flanco de encosta e avancem de norte para sul, originando taludes de altura máxima de 10 m e declives inferiores a 60°/70°, e patamares da cota de 440 m até à cota de 390 m, devendo a dimensão destes nortear a largura dos patamares, sempre que possível, em proporção direta. O recurso mineral, de características por vezes friáveis, pode originar, localmente, estruturas geológicas com valores de coesão e atrito consideráveis entre os clastos, permitindo, muitas vezes, taludes com inclinações relativamente mais acentuadas do que a sua inclinação natural. Cada um dos patamares será explorado na sua totalidade, transitando de seguida a frente de desmonte para o patamar seguinte. Quando os patamares de exploração corresponderem aos patamares finais para recuperação terão declive inferior a 40°/50°. Aquando desta transição, o patamar explorado será recuperado em simultâneo com os trabalhos de exploração no patamar seguinte.”.

No que diz respeito ao PARP, é referido que, “sempre que possível, as tarefas de desmonte e de recuperação paisagística serão executadas no mesmo espaço temporal, permitindo uma recuperação gradual da exploração, atenuando o impacto provocado pela alteração topográfica. A implementação adequada do PARP permitirá a minimização dos impactos ambientais gerados durante o período de atividade da exploração, tornando o método de extração num processo integrado com a recuperação da área. Tal atuação permitirá, também, que os custos financeiros associados à implementação do PARP sejam minimizados, na medida em que durante a fase de desmonte uma parte substancial destes trabalhos (incluindo correções topográficas e colocação de solo) serão levados a cabo pelo mesmo operador e com os equipamentos que tem ao dispor na exploração.”.

Em termos gerais o PARP engloba as seguintes tarefas:

- Regularização dos terrenos (aterros de cobertura e solos);

- Revestimento vegetal e enquadramento paisagístico; -
- Desativação e encerramento, que inclui a remoção das estruturas utilizadas na área do projeto;
- Manutenção e conservação do local pós-projeto.

## **2.1 Objetivo e justificção do projeto**

O objetivo do projeto é o licenciamento de uma exploração de piroclastos basálticos (areias) de modo a assegurar as necessidades desta matéria-prima por parte autarquia e outros, dado que a atual exploração denominada Saibreira da Boca da Baleia, licenciada em 2012 (licença 193/RN) – encontra-se em fase final de exploração, matéria prima fundamental para utilização em obras municipais e outras promovidas localmente.

## **2.2 Antecedentes do projeto**

A Câmara Municipal das Lajes das Flores, em maio de 2021, solicitou um pedido de licenciamento de pesquisa para a instalação de uma exploração de inertes denominada “Areias do Salto da Moça”, tendo o promotor informado que o procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental já se encontrava em desenvolvimento.

## **3. APRECIÇÃO GERAL DO EIA**

Conforme referido anteriormente, a CA pronuncia-se sobre os capítulos que achar necessário, em caso de ausência de comentários, significa que não tem nada a opor e concorda com o exposto no EIA.

### **3.1 – Relatório Técnico (RT)**

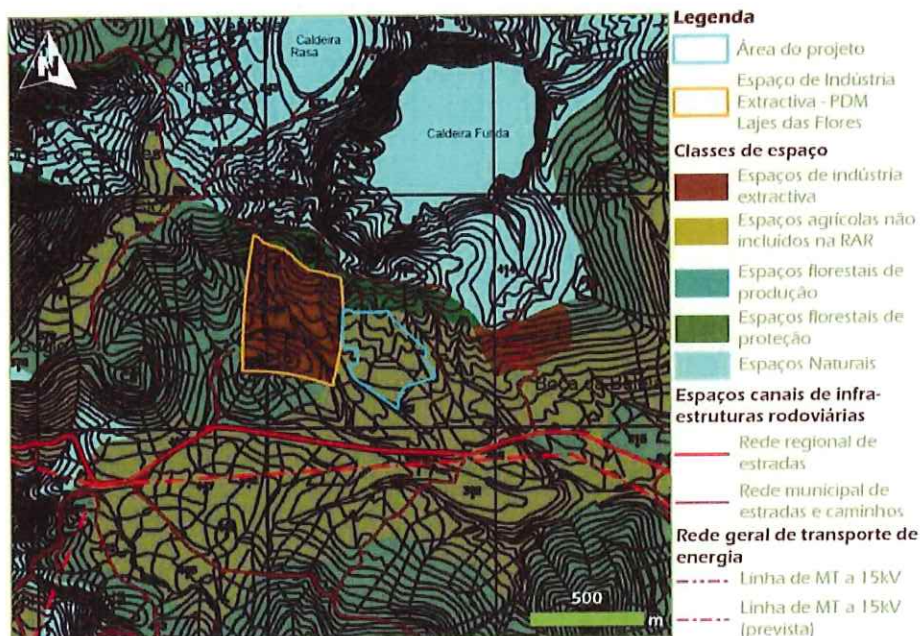
O Relatório Técnico do EIA na sua estrutura obedece, de forma geral, às normas técnicas previstas na legislação, incluído os documentos obrigatórios exigidos pela legislação e anexos que o proponente achou por necessário.

Relativamente à situação de referência, a representante do SAACFL deslocou-se ao local de implementação do projeto, onde foi possível verificar que o retratado no EIA corresponde à realidade no terreno.

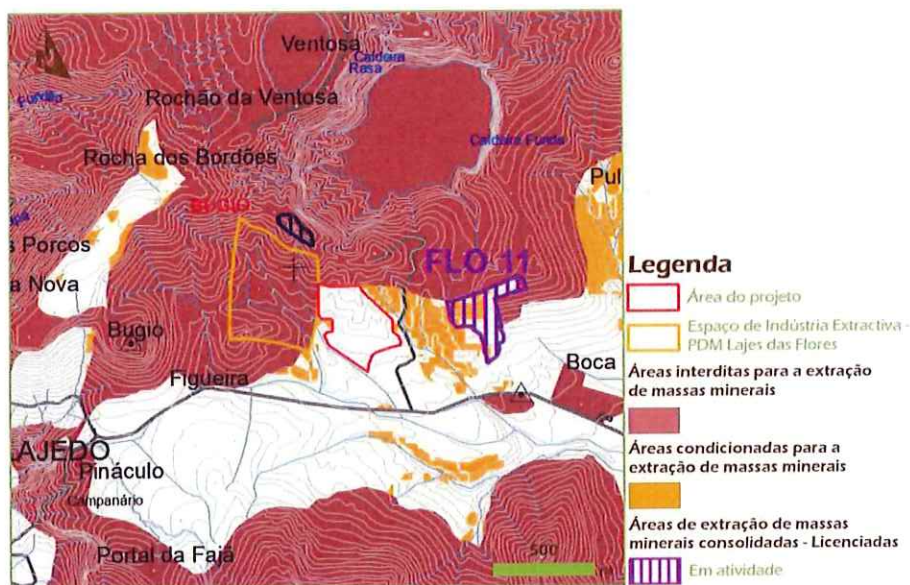
Em matéria de Alternativa ao Projeto, no presente EIA é apenas considerada a alternativa “não implementação do projeto”, uma vez que o proponente



equacionou inicialmente implementar um novo projeto de exploração de piroclastos basálticos (areias) em terrenos enquadrados, no âmbito de Plano Diretor Municipal das Lajes das Flores, em espaço de indústria extrativa e cuja localização se apresenta na seguinte figura:



Acontece que esta área apresentou diversas condicionantes naturais, particularmente ao ser atravessada por várias linhas de água, assim como que se encontrava classificada como área interdita para a extração de massas minerais no âmbito de planta de condicionantes do PAE:



Surgiu em alternativa a área sobre a qual incide o presente pedido, área onde foram desenvolvidos trabalhos de pesquisa ao abrigo de licença atribuída pela DRCI/DREC.

Não obstante, e para efeitos de consulta pública, a CA entende que deverão ser efetuados os seguintes melhoramentos nos seguintes pontos do EIA:

- 2.4 Compatibilidade com Instrumentos de Gestão Territorial e Condicionantes do Território.

Sugere-se a reformulação da seguinte frase “Para análise dos Condicionantes e Ordenamento do Território (...)”, para “Para análise dos Instrumentos de Gestão Territorial e Condicionantes do Território”, uma vez que segue a ordem dos subcapítulos e dá-se primazia à referência dos Instrumentos de Gestão Territorial e não “Ordenamento do Território”;

- 2.4.1 Instrumentos de Gestão Territorial

Tabela 2.3 | Sugere-se esclarecer que, dos IGT's com incidência territorial na área do projeto, todos possuem vinculação jurídica, direta e imediata, ao mesmo, considerando que o promotor configura uma entidade pública, nos termos do artigo 3.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial dos Açores (RJIGT.A), publicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 35/2012/A, de 16 de agosto;

- 2.4.1.1 Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores

Sugere-se a representação gráfica do conteúdo referido no texto, bem como complementar que a área do projeto insere-se em “outras estruturas ecológicas”, no contexto dos Sistemas de proteção e valorização ambiental;

- 2.4.1.2 Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da RAA

Importa complementar a informação indicada no que respeita à Planta de Ordenamento do PAE, em que a área de projeto insere-se, quase na totalidade, em Espaços não interditos à atividade extrativa, indicando escórias basálticas s.l. (bagacina) e escoadas lávicas basálticas s.l.,



enquanto recursos minerais potenciais, encontrando-se, numa ínfima parte, em Espaços interditos à atividade extrativa.

Sugere-se a representação gráfica do conteúdo mencionado anteriormente.

- 2.4.1.3 Plano Diretor Municipal das Lajes das Flores

Sugere-se a representação gráfica das classes de espaço, através da Planta de Ordenamento do PDM.

- 2.4.2 Condicionantes do Território

Tabela 2.4 | Sugere-se que a designação da coluna “Aplicação Específica” seja alterada para “Incidência Territorial”, devendo o seu conteúdo ser revisto em conformidade, uma vez que a área do projeto não incide sobre a maioria das condicionantes e servidões administrativas e restrições de utilidade pública indicadas, tais como a Reserva Agrícola Regional, Áreas Protegidas, Rede Natura 2000, entre outras.

Importa ainda indicar que a área de projeto encontra-se abrangida pela RE, nas tipologias de Cursos de água e respetivos leitos e margens e Áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos, e por Recursos Hídricos – Cursos de água e respetivos leitos e margens.

- 3.5. Ecologia,

Relativamente à caracterização da fauna, não há evidências da presença de milhafre nem de pisco-de-peito-ruivo na ilha das Flores, atualmente. Pode haver ainda presença de estorninho, galinhola, pintassilgo, íbis-preta e garça-real, pontualmente

Relativamente à caracterização da flora, crescem-se potenciais evidências de *Viburnum treleasei*, *Hedera azorica* e *Potentilla sp.* e verificam-se as restantes plantas identificadas na Tabela 3.11 da Listagem das principais espécies florísticas identificadas na área do projeto.

- 3.8 Paisagem

Sugere-se a reformulação da denominação da unidade de paisagem indicada no texto para a designação da unidade “FL7 – Encosta das Lajes”, conforme indicado na ficha da unidade de paisagem em questão, disponível no Sistema de Informação e Apoio à Gestão da Paisagem dos Açores.

- 4.2.3.3 Fase de Desativação

Considera-se que existe impacto positivo e significativo relativo à reposição da ocupação de solo inicial na Fase de Desativação (através do Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística).

- 4.2.5. Ecologia

Para além dos impactos identificados nas Fases de Construção e Exploração, e apesar de o EIA apresentar medidas compensatórias relativamente a plantações e replantações com espécimes nativos e endémicos, existe, de qualquer modo, um impacto expectável na Fase de Desativação, na medida em que o solo descoberto da pedreira poderá potenciar o avanço e alastramento de espécies de flora invasora nesta área, o que se pode vir a revelar um novo foco de infestação na ilha.

Para além das alterações a efetuar mencionadas anteriormente, a CA alerta para o seguinte:

- A Câmara Municipal das Lajes das Flores enquanto proponente do projeto em causa e entidade pública, fica vinculada ao Plano Sectorial de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas da RAA (PAE), incluindo a apresentação da documentação exigida pela NG49. De acordo com informação da DREC, o proponente irá apresentar a documentação.
- Numa faixa de 10 metros a contar do bordo superior do talude das linhas de água seja salvaguardada uma zona de proteção ao curso de água, na qual não poderá haver escavações nem alteração da morfologia, sendo apenas permitida ações de limpeza e manutenção do coberto vegetal;
- Construção da vala de retenção de águas proposta, nomeadamente ao nível do limite sul/sudoeste da área do projeto, por forma a evitar, tanto quanto possível, o transporte de sedimentos para o exterior da área do projeto;
- Deverá ser respeitada a drenagem natural do terreno, garantindo a minimização de riscos de erosão e deslizamentos do solo, de forma a não afetar os leitos na proximidade e impedir o livre escoamento das águas, para



além de serem tomadas todas as medidas preventivas para o arrastamento de sólidos para fora da área do projeto;

- No que se refere à componente florística, a ocorrência, no contexto da área de exploração, de espécies endémicas com estatuto de proteção legal na RAA, deverá ser encarada como uma condicionante ao projeto”, precisamente porque a sua execução estará dependente da autorização da entidade competente em matéria de fauna e flora (DFFS) no que concerne ao abate, poda e corte de espécies nativas e endémicas presentes na área.

### **3.2 – Resumo Não Técnico (RNT)**

O RNT, enquanto documento de suporte à participação pública, nos processos de avaliação de impacto ambiental, que descreve de forma coerente e sintética, numa linguagem e apresentação acessível ao público em geral, deverá representar o conteúdo presente no RT. Na sua estrutura genericamente respeita os objetivos que se pretendem com este tipo de documento. Quanto a eventuais correções, aplicam-se os comentários efetuados ao Relatório Técnico, com as devidas adaptações.

## **4. PLANO DE PEDREIRA**

No Plano de Pedreira, sugerem-se os seguintes ajustes:

- 3.2.3 Risco Sísmico e Vulcânico

Julga-se pertinente incluir e desenvolver a Cartografia de Riscos Naturais, nomeadamente, Movimentos de Vertente na ilha das Flores, constante no Portal do Ordenamento do Território dos Açores (POTA). Desta forma, sugere-se a reformulação do título deste subcapítulo de “Risco Sísmico e Vulcânico” para “Riscos Geológicos”

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DELIBERAÇÕES**

A CA considera que a documentação apresentada, cumpre de uma forma geral com o exigido pela legislação em vigor. No entanto, apresenta algumas imperfeições importantes, mencionadas no presente parecer, que carecem de correção/reformulação para efeitos de conformidade do EIA. Face ao exposto, a CA considera que não estão reunidas as condições para se prosseguir para a fase da consulta pública.

Deverá o proponente reformular o EIA (RT e RNT) e entregar toda a documentação solicitada no presente parecer de forma a colmatar as imperfeições detetadas, sobre pena de não ser declarada a conformidade.

Para efeitos de consulta publica, deverão ser remetidos 4 (quatro) exemplares em formato papel, do RT e 5 (cinco) do RNT, e uma versão em formato digital (CD), no prazo de 30 dias, ficando o prazo do procedimento interrompido até à entrega de toda a documentação referida.

A CA informa que, caso seja declarada a conformidade do EIA, durante a Consulta Pública, serão solicitados pareceres à Direção Regional dos Recursos Florestais, em matéria de servidão das infraestruturas rodoviárias, da Câmara Municipal das Lajes das Flores, em matéria de compatibilidade do projeto com o PDM e à Divisão da Fauna e Flora Selvagens (DFFS) da Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas.

Horta, 27 de janeiro de 2023

P'la Comissão de Avaliação



Filipe Pires  
(DACAA)